

RESENHA

Fernando Jorge Maia Abraão

MORELAND, James Porter e CRAIG, William Lane. **Filosofia e cosmologia cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2005. 790 p.

Superficialidade e pragmatismo assolam terrivelmente a cultura ocidental. Idéias falsas, raciocínios ilógicos, ignorância histórica e filosófica compõem o triste quadro sintomático coroado por um cristianismo descomprometido e desvinculado tanto da verdade absoluta de Deus na Escritura quanto da realidade temporal em que se insere. Sem dúvida, é de Deus, revelado conforme o registro da Palavra, que todos, de todo o mundo, carecemos. Todavia, a filosofia é ferramenta potencialmente útil para a compreensão dos desígnios de Deus e para a sua aplicação transformadora sobre a sua criação. Tanto filósofos cristãos como teólogos e leigos devem “se comprometer intelectualmente para que nossa cultura possa ser efetivamente reformada” (p. 19). Basicamente, esse é o propósito de J. P. Moreland (n. 1948), teólogo, filósofo e apologeta, Ph.D. em filosofia pela Universidade do Sul da Califórnia, ao unir-se a William Lane Craig (n. 1949), doutor em filosofia pela Universidade de Birmingham e em teologia pela Universidade de Munique, ao nos entregarem esse livro.¹

Num verdadeiro calhamaço de 790 páginas dividido em seis partes e 31 capítulos, os autores percorrem com boa profundidade os aspectos mais fundamentais da filosofia de primeira ordem (lógica, epistemologia, metafísica e teoria do valor) e de segunda ordem (por exemplo, filosofia da ciência e da religião). Logo na Introdução (Parte 1), são apresentadas definições de filosofia e “sete razões para que a filosofia seja crucial à estrutura, currículos e missão da universidade cristã e para o desenvolvimento de uma vida religiosa consistente” (p. 31). Dentre elas está a promoção da integração das convicções teológicas e

¹ É a segunda obra produzida pelos dois autores em conjunto. A outra obra foi editada e publicada por eles no ano 2000 sob o título *Naturalism: a critical analysis* (Naturalismo: uma análise crítica).

bíblicas do indivíduo com as proposições racionais obtidas de outras fontes para a composição de “uma cosmovisão coerente e intelectualmente adequada” (p. 34). A Parte 1 tem como segundo capítulo uma breve e consistente introdução à lógica. Como todos os demais temas, este se encerra pela apresentação de uma “lista de termos e conceitos básicos”, presentes no corpo do texto em negrito quando próximos das definições adotadas pelos autores, sendo bastante útil para a formação de um vocabulário filosófico inicial do leitor.

A Parte 2 trata de epistemologia em seus cinco capítulos. Os autores definem este aspecto de primeira ordem de modo sintético e abrangente: “é o ramo da filosofia que tenta explicar a natureza do conhecimento, da razão e das crenças justificadas e injustificadas” (p. 97). Prosseguem tratando os termos “conhecimento” e “crença justificada” como sinônimos enquanto discorrem sobre certeza, possibilidade e critérios para a obtenção de conhecimento. No tópico seguinte expandem a discussão epistemológica abordando os termos razão e racionalidade, suas relações quanto à capacidade de pensar, formular conceitos, refletir, antecipar e demonstrar intenção. Tratam, também, da racionalidade como atributo da razão e algo independente das sensações, i.e., faculdade capacitante ao conhecimento *a priori*. Prosseguem vinculando os termos justificação e garantia, discutindo o tema e relacionando-o como um terceiro sentido da racionalidade. Nessa linha, no capítulo 5 são tratados aspectos da estrutura da justificação por meio da exposição e avaliação das teorias fundacionalista e coerentista. O capítulo 6 trata das teorias da verdade e sua concepção hodierna, pós-moderna. São abordados três pontos de vista: o da teoria da correspondência, o que fazem por meio de algumas citações bíblicas e filosóficas que corroboram a verdade como algo universal e absoluto; o da teoria da verdade coerente, de cunho eminentemente internalista e relativo às crenças individuais da pessoa; e a teoria pragmática da verdade, uma teoria anti-realista que principia internalista e termina externalista na medida em que confirma apenas as crenças que sejam úteis para a pessoa. O estudo introdutório sobre o pós-modernismo é o mais sintético e preciso que já li. Sua importância para a obra é reconhecida e afirmada pelos autores, que relacionam a maior parte deste trabalho à refutação crítica do pós-modernismo. O capítulo 7 trata de epistemologia religiosa, merecendo destaque os tópicos 4 e 5, introdutórios para uma leitura mais aprofundada da epistemologia reformada de Alvin Plantinga.

Na Parte 3 estuda-se a metafísica. Ao longo de cerca de 130 páginas os autores desenvolvem definições de metafísica como “o estudo do ser ou da realidade” (p. 222) e abordam várias teorias da existência e da identidade, trechos em que senti falta da teoria cosmonômica de Herman Dooyeweerd e da teoria analógica de Cornelius Van Til. O capítulo 10 versa sobre ontologia geral, tratando das propriedades sob três abordagens distintas: negando-as como elementos concretos e afirmando-as como reais apenas para os indivíduos que

as aceitam no nominalismo extremo; reconhecendo as propriedades apenas em seu sentido abstrato, i.e., desvinculando-as da realidade onde se manifestam no nominalismo; e finalmente reconhecendo relação de concordância qualitativa entre as propriedades de diferentes indivíduos no realismo. Daí progridem para discussões sobre os conceitos de identidade, continuidade, autopredicação, causalidade e semelhança. Avançando ao capítulo 11, os autores discutem a questão do problema mente-corpo: o ser humano é estritamente material ou é material e mental? Singularidade, intencionalidade, liberdade e individualidade pessoais são discutidas de modo acessível e com boa progressão didática. No capítulo 12 são apresentadas alternativas ao dualismo, basicamente as modalidades reductiva e não-reductiva do fisicalismo, discussões que não cabem nesta resenha. O capítulo 13 aprofunda a discussão sobre a liberdade iniciada dois capítulos antes: sua existência, seu oposto (o determinismo) e possibilidades de interação (compatibilismo, relacionado teologicamente ao calvinismo, e libertismo, relacionado ao arminianismo). Considerações filosóficas subjacentes à soberania divina e à liberdade humana frente às possibilidades de realização de eventos contingentes futuros são mencionadas sem aprofundamento, da mesma forma que o problema do mal. Algumas importantes questões da identidade pessoal e da vida após a morte, que tantas repercussões religiosas, científicas e éticas vêm a produzir, estão discutidas no capítulo 13.

Nos quatro capítulos da Parte 4 são “investigadas questões *de* filosofia *sobre* a ciência” (p. 381). São questões de segunda ordem; não propriamente científicas, mas a respeito da ciência (por exemplo, que é e como se processa a ciência). Quando se estuda pressupostos metafísicos, epistêmicos e lógicos como normativos sobre a ciência, tem-se a filosofia da ciência externa. Por outro lado, numa concepção mais recente, pode-se considerar a filosofia como parte da ciência, surgindo de seus métodos, evidências, observações e conclusões: é a filosofia da ciência interna. Ambas são consideradas nas discussões subsequentes, embora a tendência atual seja pela adoção da segunda. O capítulo 16 traz uma importante e atual discussão sobre a relação mantida entre as teorias científicas e a realidade: o debate realismo/anti-realismo que o espaço desta resenha me impede de trabalhar. Uma abordagem integracionista da ciência com a teologia se dá no capítulo 17 e sua leitura pode ser, além de desafiadora, complementar àquela de Alister McGrath em *O Delírio de Dawkins*.

A Parte 5 apresenta um sumário detalhado sobre a ética. Apresenta teorias metaéticas não-cognitivistas e cognitivistas, introduz conceitos para a ética normativa e para a ética aplicada, notadamente a bioética, e comenta em dois breves capítulos (21 e 22) as alternativas éticas do egoísmo (existencialismo) e do utilitarismo, denominadas por alguns como éticas teleológicas, e alternativas éticas absolutistas, como a deontológica (normativa do acerto) e a das virtudes (definidora de caráter). O livro de Norman Geisler, *Ética Cristã*, da mesma editora, tem muito a acrescentar ao trabalho em pauta.

A última parte do livro é também a mais controversa. Já no prefácio, os editores da Vida Nova advertem seus leitores quanto a “pelo menos dois pontos [em que] os autores expõem idéias que se chocam com o que o cristianismo vem defendendo há séculos” (p. 13). Eles se referem ao molinismo (capítulo 16), que se aproxima do teísmo aberto,² e ao monotelismo (capítulo 30) ou a singularidade da vontade de Jesus. Prudentemente, os editores remetem à *Teologia Sistemática* de Wayne Grudem, obra de sua editora, para maiores esclarecimentos. Os capítulos da Parte 6, em que pese a advertência supra, podem ser úteis se lidos, inclusive em suas notas de rodapé, por pessoas pensantes e comprometidas com a verdade como Deus a definiu e revelou.

Como aditivos à alta qualidade da obra, os autores incluem em suas páginas finais uma extensa lista de sugestões de leitura por capítulo, um índice onomástico (atenção: Filo de Alexandria não está na letra *f*, pois o tradutor manteve a forma Philo; no corpo do texto, todavia, traduziu como Fílon, p. 698), um índice de assuntos e, por fim, um índice de textos bíblicos.

² Ver a resenha de Felipe Fontes em *Fides Reformata*, XII, nº 1 (2007), p. 147-153.